



**Violência Doméstica Contra a Mulher**  
**PREVENÇÃO SUSTENTÁVEL**

# **2º BOLETIM PREVENÇÃO SUSTENTÁVEL**

**2022**

21/03/2022

## **CEMULHER participa da Semana Escolar de São José de Ribamar**

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER/TJMA) participou da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher de São José de Ribamar, ocorrida no período de 21 a 25 de março de 2022.

O presidente da CEMULHER, desembargador Cleones Carvalho Cunha, a juíza Samira Barros Heluy, titular da Vara da Infância e Juventude e do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São José de Ribamar e o Secretário de Estado da Educação, Felipe Costa Camarão, convidaram toda a comunidade ribamarense para a abertura da referida semana, realizada no dia 21 de março, às 8h30min, no auditório do IEMA em São José de Ribamar.



Ao longo da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, palestrantes convidados integrantes de diversos órgãos do Sistema de Segurança, Sistema de Justiça, Saúde, Assistência Social e da Rede de Atendimento à Mulher proferi-

ram palestras em diversas escolas de São José de Ribamar.

A equipe da CEMULHER, a convite da juíza Samira Barros Heluy, realizou uma palestra com 70 alunos de duas turmas do 2º ano do Ensino Médio, estudantes do Centro de Educação Integral Cidade de São José de Ribamar – CAIC.



Na oportunidade, as analistas judiciárias Amanda Rolim – bacharel em Direito – e Edla Ferreira – psicóloga – conversaram com os alunos sobre relacionamentos abusivos, masculinidades, empoderamento feminino, prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres. O diálogo foi incentivado com a exibição de vídeo, slides e perguntas reflexivas, favorecendo a manifestação de opiniões, dúvidas e sugestões por parte dos alunos. Ao final da palestra, foram entregues informativos e compartilhada a versão digital da cartilha “Violência Doméstica e Familiar contra a mulher: o que você precisa saber”, produzida pela CEMULHER TJMA.

24/03/2022

## **TJMA trabalha na implantação da habilitação social nas contratações de serviços terceirizados**

A Coordenadoria de Licitações e Contratos realizou, no dia 24, uma reunião com a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER) representada pelo coordenador administrativo, Arthur Darub e a assistente de informação, Vitoria Sousa, onde ficou acordado que os editais de



licitação e os contratos de serviços terceirizados, celebrados pelo TJMA, preverão a obrigação das empresas contratadas reservarem o percentual de 5% (cinco por cento) da mão de obra contratada de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Para a execução do projeto, a CEMULHER elaborará Ato da Presidência regulamentando a matéria.

28/03/2022

## **TJMA trabalha na implantação da habilitação social nas contratações de serviços terceirizados**

Colaboradores das empresas terceirizadas que prestam serviços no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, participaram de uma roda de diálogos para sensibilização e divulgação de conteúdos sobre masculinidades e grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher. O objetivo é prevenir atos violentos nas relações íntimas de afeto, domésticas e familiares.

A ação é organizada pela equipe da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER – TJMA) e integra o Programa Homem Consciente.

Durante a atividade, os participantes refletiram sobre o tema “Masculinidades e Violência contra a Mulher”, por meio da exibição de vídeos com relatos de mulheres sobre os tipos de violências amparados pela Lei Maria da Penha (11.340/2006), além de apresentação de estatísticas e questionamentos acerca do fenômeno.

Ao final da ação, os participantes receberam material informativo sobre o programa, contendo aspectos da Lei Maria da Penha,

conteúdos preventivos à violência doméstica e familiar contra as mulheres e contatos de instituições atuantes na área.



30/03/2022

## **CEMULHER realiza ação no Terminal do Cajupe em parceria com a EMAP**

Encerrando a programação do mês de março, a Coordenadoria Estadual da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão – CEMULHER/TJMA, em parceria com a Empresa Maranhense de



Administração Portuária – EMAP, realizou Roda de Diálogos e entrega de material informativo para trabalhadoras e trabalhadores dos boxes do Terminal do Cajupe, no dia 30 de março.

A atividade faz parte das estratégias de execução do projeto Valoriza Mulher. Lançado em 2019, o projeto possui o objetivo de reconhecer empresas que investem em ações e/ou projetos de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

A convite da equipe do setor de Responsabilidade Social da



EMAP, a ação contemplou beneficiários do projeto Manguará, que tem o intuito de promover a interação porto-cidade por meio da capacitação e inclusão dos vendedores ambulantes na estrutura do novo terminal de Cujupe (Alcântara), tirando-os da informalidade e disponibilizando os meios necessários para garantir e incrementar a renda das famílias envolvidas.

As pessoas participantes foram bastante receptivas às informações levadas pela equipe da CEMULHER, representada pelas assistente social e psicóloga da unidade, e receberam exemplares da nova cartilha “Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher: O que você precisa saber” contendo aspectos importantes de Leis que amparam mulheres em situação de violência doméstica e familiar, bem como ferramentas de enfrentamento e canais de denúncia.



Na oportunidade, a enfermeira da EMAP falou sobre a Campanha Março Lilás – mês da conscientização e combate ao câncer de colo de útero, trazendo informações úteis sobre medidas que devem ser

tomadas para proteger a saúde da mulher e prevenir esse tipo de câncer, considerado a quarta causa de morte de mulheres por câncer no Brasil.

28/04/2022

## **Experiência do trabalho em rede no enfrentamento da violência contra a mulher é apresentada em seminário**

A experiência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com o programa “Justiça em Rede contra a violência doméstica”, foi apresentada no seminário promovido pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER/TJMA), realizado no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). O evento, que reuniu representantes das instituições que atuam em rede no Maranhão, discutiu também a atuação local e os desafios desse trabalho.

A juíza titular da 2ª Vara Criminal, da Infância e Juventude de Ribeirão das Neves (MG), Lívia Lúcia Borba, que apresentou a experiência do TJMG, disse que o programa “Justiça em Rede” é uma parceria entre o Judiciário, Ministério Público, OAB, Assembleia Legislativa e outras instituições. Desenvolvido pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COMSIV), o programa incentiva e apoia os juízes a formarem redes com todos os serviços que atendam a mulher em situação de violência, nas comarcas de Minas Gerais, para



oferecer atendimento integral a esse público (saúde, segurança pública, assistência social, educação, trabalho, habitação), para efetivação de programas de prevenção e combate a todas as formas de violência contra a mulher.

Lívia Lúcia Borba explicou que inicialmente a rede foi criada em três comarcas, sendo ampliada gradativamente para outras comarcas no Estado. A magistrada afirmou que o programa começou com a formação para juízes e servido-



res, quando foi aplicada uma pesquisa com magistrados, magistradas, servidores e servidoras de 256 comarcas para saber qual estrutura de atendimento à mulher nessas comarcas (instituições com serviços especializados de atendimento) para poder desenvolver um trabalho em rede.

Ao encerrar a palestra a juíza Lívia Lúcia Borba destacou que não conhece outro Tribunal de Justiça que faça tantas ações referentes a gênero e raça como o TJMA e parabenizou o Judiciário maranhense pelo trabalho que, segundo a magistrada, é referência para todo o Brasil.

A juíza Marcela Santana Lobo, titular da 3ª Vara Criminal de Caxias (MA), falou sobre a atuação em rede no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, apresentando dados estatísticos e disse que esse tipo de violência é “uma violência íntima, praticada por alguém que conhecemos, que amamos”, disse a magistrada. Ela ressaltou que muitas mulheres silenciam por medo e vergonha. A juíza lembrou que o Brasil possui a quinta maior taxa de feminicídio do mundo. “A violência é generalizada, pode ocorrer com qualquer uma, mas mulheres pretas e pardas são a maioria das vítimas”, acrescentou.

Para Marcela Lobo, um dos desafios no enfrentamento da violência contra a mulher é como a rede pode ajudar esse público a acessar o sistema de justiça e segurança para reclamar sobre a violência. A juíza também apresentou suges-



tões de como aprimorar a atuação intersetorial para atender as vítimas, como: estabelecimento de fluxos para o atendimento, compartilhamento de dados entre as instituições integrantes da rede, capacitação dos membros e identificação das vulnerabilidades do acesso à rede pelas mulheres.

Encerrando a programação do seminário, a assessora executiva da CEMULHER, assistente social Danyelle Bitencourt, abordou sobre gênero, violência, interseccionalidades e políticas públicas. Ela falou sobre os desafios enfrentados pela rede no enfrentamento da violência contra a mulher e também sobre os requisitos para o fortalecimento desse trabalho. Integram a Rede da Mulher em São Luís 37 instituições governamentais e não governamentais.

No seminário também foram disponibilizados números atualizados sobre a violência contra a mulher no Brasil. Segundo dados do Anuário e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, uma em cada quatro mulheres sofreram algum tipo de violência na pandemia no Brasil; a cada uma hora, 30 mulheres sofrem violência física; no ano de 2021, em média, uma mulher foi vítima de feminicídio a cada 7 horas; uma mulher é morta a cada 24 no Brasil; em 2021, mais de 2.300 pessoas se tornaram órfãs de vítimas de feminicídio; e 97,8% das vítimas de feminicídio foram mortas por um companheiro atual, antigo ou outro parente.

29/04/2022

## **CEMULHER realiza caminhada em alusão ao Dia Nacional da Mulher**

Distribuição de materiais informativos e um banner com a frase: “Diga não à violência contra as mulheres”, marcaram a caminhada em alusão ao Dia Nacional da Mulher, comemorado

dia 30 de abril. A iniciativa, realizada no dia 29 de Abril, é da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER/TJMA), e visa alertar e conscientizar sobre um dos principais problemas que as mulheres ainda estão expostas, que é a violência.

A concentração aconteceu em frente ao prédio-sede do Tribunal de Justiça do Maranhão (Praça Dom Pedro II, Centro), às 8h30, em direção à Rua Grande, no centro de São Luís. O evento contou com a participação do presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, do presidente da CEMULHER/TJMA, desembargador Cleones Cunhas, juízes e juízas, promotores e promotoras, servidores e servidoras e equipes multidisciplinares envolvidas na rede de apoio no enfrentamento à violência contra a mulher. A banda do Bom Menino acompanhou toda a caminhada.



O presidente da CEMULHER/TJMA lembrou a importância do evento. “Nós esquecemos que temos um dia nacional da mulher, e comemoramos só o dia internacional da mulher. Então, a CEMULHER quer lembrar este dia, o dia da mulher brasileira. É preciso que todos nós nos juntemos

para acabar ou diminuir consideravelmente esse mal que assola a sociedade brasileira, que é a violência contra a mulher”, enfatizou o desembargador Cleones Cunha.

A caminhada é mais uma atividade do Dia Nacional da Mulher e deu continuidade ao seminário “A Importância do Trabalho em

Rede no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres", realizado no dia 28 de abril. Com a caminhada, o intuito foi sensibilizar a sociedade sobre a temática da violência.

“Chamar a atenção da população no nosso centro comercial, a Rua Grande, para que as pessoas parem um pouco e observem que nós estamos chamando atenção para uma violência que acontece todos os dias dentro dos nossos lares”, ressaltou a Promotora de Justiça Selma Martins, a respeito da importância da escolha do Centro da cidade como local de realização da caminhada.



## DIA NACIONAL DA MULHER

O Dia Nacional da Mulher, comemorado em 30 de abril, também faz alusão ao nascimento de Jerônima Mesquita, filha mais velha de uma família com cinco irmãos, que, ao cursar os estudos secundários na França, teve seu primeiro contato com a luta feminina em prol da equidade.

Após um casamento 'arranjado' com um primo, um filho e um divórcio, ela atuou como voluntária da Cruz Vermelha na I Guerra Mundial. Ao regressar ao seu país natal, tornou-se ativista dos direitos das mulheres e foi membra fundadora do Conselho

Nacional de Mulheres do Brasil (CNMB). Em 1972, Jerônima Mesquita veio a falecer.

Naquele ano, a lei que criava o Dia Nacional da Mulher foi aprovada, sendo o marco vinculado à data de seu aniversário.

Nos dias atuais, continua sendo primordial a luta pelos direitos femininos e, em virtude disso, é necessária a atuação de uma Rede complexa de trabalho, na qual diferentes órgãos e serviços públicos reúnem esforços, articuladamente, visando ao acolhimento das vítimas de violência doméstica e familiar, bem como coibir a prática de violência.

Para o funcionamento harmonioso dessa Rede, é fundamental a realização de capacitação permanente voltada para os profissionais envolvidos na área, de modo a alinhar condutas e atualizar procedimentos.

06/05/2022

## **Palestra da CEMULHER em escola municipal discute sobre violência doméstica**

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (CEMULHER/TJMA) realizou a palestra "Violência Doméstica e a Lei Maria da Penha", no



último dia 6 de maio. O evento – que teve como público-alvo as mães de alunos e de alunas – aconteceu na escola UEB Honório Frederico Ferreira.

A palestra foi ministrada pela assistente social Danyelle Bitencourt, assistente executiva da CEMULHER, como parte do programa “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano”.

O objetivo do programa é difundir a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e orientar a população a respeito da rede de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência. Para isso, são promovidas palestras e atividades temáticas em escolas, igrejas, universidades, feiras livres, canteiros de obras de empresas da construção civil e organizações comunitárias, dentre outros espaços públicos e privados.

Conforme a gestora da unidade educacional, Maria dos Santos Pereira Lima, “a atividade foi de extrema relevância e certamente contribuiu para o esclarecimento não só das mulheres que assistiram, mas de toda a comunidade local”, destacou.

12/05/2022

## **Relação entre gênero e justiça será tema de curso para juízes e juízas**

A Escola Superior da Magistratura realizou, de 25 de abril a 1º de maio, inscrições para o curso Direitos Fundamentais e Gênero, destinado aos juízes e juízas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). A formação, para fins de promoção na carreira e vitaliciamento, foi realizada de 12 a 29 de maio, com aulas síncronas (ao vivo) e assíncronas na plataforma EAD-ESMAM, sob a tutoria da juíza Adriana Ramos de Mello, com credenciamento pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura (Enfam).

A temática foi proposta à ESMAM pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER/TJMA). como parte do cronograma de formação para a magistratura estadual.

As aulas foram ministradas por meio de atividades assíncronas – com utilização de videoaulas, vídeos e materiais complementares disponibilizados na plataforma – e interativas (síncronas), através de videoconferência (live), estudo de caso sobre a aplicação da Lei Maria da Penha com perspectiva de gênero e fóruns de discussão formativa, que proporcionam um espaço de interação entre os discentes e a docente, a partir de reflexões sobre o conteúdo da disciplina e sua aplicação na atividade judicante.



31/05/2022

**Atuação em grupos reflexivos com homens autores de violência de gênero | Capacitação para profissionais do TJMA e público externo**

**CURSO**

**COMO TRABALHAR COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

noções para desenvolver o trabalho com grupos reflexivos

**INSCRIÇÕES - 16 a 20 de Maio**

[www.tjma.jus.br/site/esmam](http://www.tjma.jus.br/site/esmam)

The banner features a background image of a hand with fingers spread, set against a purple and blue gradient. At the bottom, there are three logos: TJMA (Tribunal de Justiça do Maranhão), CEMULHER (Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar), and ESMAM EAD (Escola Superior da Magistratura do Maranhão).

Magistrados (as), servidores(as) do Judiciário e profissionais de instituições parceiras – Promotoria Pública, Defensoria, e instituições da Rede de Proteção à Mulher – puderam se inscrever, de 16 a 20 de maio, no curso Como trabalhar com homens autores de violência de gênero – noções para atuação profissional em grupos reflexivos, promovido pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica (CEMULHER/TJMA), em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM).

A capacitação foi ofertada na plataforma EAD ESMAM, de 31 de maio a 6 de julho (aulas ao vivo e atividades assíncronas), com duração de 40 horas, sob a tutoria do professor Raimundo Ferreira Pereira Filho, analista judiciário Psicólogo (TJMA), com atuação técnica especializada em Perícia Psicológica Forense na área criminal de violência contra a mulher.

A abordagem formativa destaca a necessidade de enfrentamento efetivo da violência de gênero, considerando a importância de que, para além das ações punitivas, existam também intervenções que visem mudar a lógica da violência. Nesse âmbito, destacam-se as intervenções em grupo com homens autores de violência, que têm se mostrado práticas altamente eficazes e cada vez mais difundidas.

Os profissionais do TJMA puderam inscrever-se no sistema acadêmico Tutor. O público externo foi previamente inscrito pelas instituições parceiras. As vagas foram limitadas a 40 participantes.

09/06/2022

## **Proteção dos vulneráveis foi tema de curso para juízes e juízas | Formação continuada para fins de promoção na carreira**

A proteção dos vulneráveis na família – crianças, mulheres e idosos – foi o tema do novo curso da Escola Superior da Magistratura, destinado aos juízes e juízas do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA). As aulas foram ministradas na plataforma EAD da ESMAM, de 9 de junho a 3 de julho (30 horas-aula), pela professora Bruna Barbieri Waquim.

Credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura (Enfam), o curso abordou as diferentes facetas de vulnerabilidade, auxiliando a magistratura a identificar novos desafios da vulnerabilidade do público de crianças e adolescentes, de mulheres em situação de violência doméstica e de idosos.

Dividida em três módulos, a formação apresentou novos conceitos e institutos, além da correlação das normas jurídicas e procedimentos processuais para enfrentamento dos seus impactos sobre os referidos sujeitos de direitos, com o objetivo de analisar fundamentos legais e principiológicos para a proteção desse público.



FORMAÇÃO  
PARA  
MAGISTRATURA

**PROTEÇÃO DOS  
VULNERÁVEIS  
NA FAMÍLIA**

crianças, mulheres e idosos

INSCRIÇÕES 23 a 29/5  
REALIZAÇÃO - 9/6 a 3/7  
[www.tjma.jus.br/site/esmam](http://www.tjma.jus.br/site/esmam)

**TJMA**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

**ESMAM**  
EAD

10/06/2022

## Campanha sinal vermelho contra a violência doméstica foi tema de seminário da CEMULHER | O evento visou capacitar e orientar servidores e servidoras em serviços notariais e de registros

“Programa de cooperação sinal vermelho contra a violência” foi o tema do seminário promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de



Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER), no dia 3. O evento, em parceria com a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ-MA), ocorreu das 8h às 13h, no auditório Desa. Madalena Serejo do Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís.

O seminário foi destinado aos serviços notariais e de registros, em atendimento à Recomendação N. 49/2022 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo é capacitá-los sobre a temática de gênero e violência doméstica, além de orientá-los sobre os termos da Lei. 14.188/2021, que institui o Programa de Cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica, mais uma medida de enfrentamento a essa grave problemática.



### CAMPANHA SINAL VERMELHO

Conforme a Lei 14.188 de 2021, o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os órgãos de Segurança Pública e as entidades privadas “deverão estabelecer um canal de comunicação imediata com as entidades privadas de todo o País participantes do programa, a fim de viabilizar assistência e segurança à vítima, a partir do momento em que houver sido efetuada a denúncia por meio do código ‘sinal em formato de X’, preferencialmente feito na mão e na cor vermelha”.

A campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica foi

iniciada em 10 de junho de 2020. Ela é fruto de parceria entre a Associação dos Magistrados Brasileiro e o CNJ, com o objetivo de coibir o aumento da violência doméstica e familiar contra as mulheres, no cenário da pandemia, possibilitando às mulheres um canal silencioso de denúncia.

O desembargador Ricardo Duailibe, presidente em exercício do TJMA, considera a campanha como fundamental. “É inadmissível, no mundo de hoje, que a mulher possa sofrer violência doméstica. Eu diria até que seria um absurdo”, complementou.

A CEMULHER, cujas ações fazem parte da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres pelo Poder Judiciário, visa atender todo o estado do Maranhão, oferecendo um conjunto de ferramentas para o combate à violência doméstica e familiar através da articulação com a Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres.

O presidente da CEMULHER, desembargador Cleones Cunha, ressaltou a importância dos esforços direcionados ao combate dessa modalidade de violência. “É preciso que todos nós nos juntemos para acabar ou diminuir consideravelmente esse mal que assola a sociedade brasileira, que é a violência contra a mulher”, disse.

## **PALESTRA**

A violência contra a mulher aumenta em torno de 20% quando há partidas de futebol. É o que mostra uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto Avon, citada pela servidora Danyelle Bitencourt durante o seminário. Esse número revela um dos principais problemas que atingem as mulheres: a violência. As servidoras Danyelle Bitencourt e Amanda Rolim proferiram palestra para os presentes no evento a respeito do tema.

Dentre os assuntos abordados, Danyelle Bitencourt falou sobre

os estereótipos de gênero, incluindo publicidades que também influenciam nesse fator. Explicou sobre uma série de comportamentos travestidos de humor e outros fatores visíveis e invisíveis que fazem parte do ciclo dos vários tipos de violência aos quais as mulheres são expostas, até chegar ao feminicídio, destacando a importância de toda a rede de apoio da sociedade para findar essa realidade.

“Antes se acreditava que criar os meninos, achando que eles tinham total poder e posse sobre as mulheres, ia gerar um adulto machista. Hoje, vai gerar um adulto criminoso. Porque violência doméstica familiar contra as mulheres é crime. As violências psicológica e física são crimes. Então, temos uma responsabilidade maior quanto à educação das nossas crianças com paridade de gênero, que é essencial para que não cometam crimes. Além disso, a intervenção do Estado, o fortalecimento das políticas públicas estão forçando a mudança na nossa cultura”, destacou Bitencourt.

A servidora Amanda Rolim explicou sobre a aplicação de medidas protetivas às vítimas de violência doméstica, citando os tipos de medidas destinadas à vítima e medidas destinadas ao autor da violência, previstos na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Ela ressaltou que é preciso combater a percepção de que nada acontece com o agressor quando é denunciado.

“As medidas protetivas são de extrema relevância, uma vez que elas têm a capacidade de interromper o ciclo de violência desde o início. Então, a mulher não precisa esperar uma condenação, uma sentença condenatória, para haver uma providência do Estado. Ela já pode desde o início do ciclo de violência, denunciar o agressor e obter uma proteção de sua integridade física e psicológica”, concluiu Amanda Rolim.

17/06/2022

## **Aplicabilidade do Formulário Nacional de Avaliação de Risco | Curso destacará atuação do Poder Judiciário com perspectiva de gênero**

O curso sobre Aplicabilidade do Formulário Nacional de Avaliação de Risco (Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 05/20 e Lei nº 14.149/21) e Atuação do Poder Judiciário com Perspectiva de Gênero: saberes transdisciplinares para prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as Mulheres teve 40 vagas disponíveis no sistema acadêmico Tutor. As aulas (síncronas e assíncronas), com duração de 30 horas (para fins de promoção na carreira), foram realizadas na plataforma EAD-ESMAM, integrada a outras ferramentas de transmissão online, de 17 de junho a 7 de julho.

Promovido pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), em parceria com a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER/TJMA), o curso trabalhará conteúdo e metodologia que visam subsidiar as decisões de medidas protetivas de urgência e/ou medidas cautelares e o alcance da proteção integral e célere às vítimas.

Além da compreensão da dinâmica da violência doméstica e familiar contra a mulher e a complexidade do fenômeno, a formação destacou a importância da interpretação e aplicação correta do Formulário Nacional de Avaliação de Risco – instrumento essencial para a realização devida dos encaminhamentos para a rede de proteção, gestão dos riscos identificados e aprimoramento das intervenções na proteção integral das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.



20/06/2022

## CEMULHER realizou seminário em Paço do Lumiar

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – Cemulher/TJMA, realizou, no dia 14 de junho, o Seminário de Gênero, Violência Doméstica e Lei Maria da Penha, voltado para representantes das instituições que integram a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do município de Paço do Lumiar.



O evento foi conduzido pelas assistentes sociais Danyelle Bitencourt e Josemary Andrade - integrantes da equipe multi-



disciplinar da Cemulher/TJMA - e contou com a presença de representantes locais do Ministério Público, Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação, Saúde, Direitos Humanos, Patrulha Maria da Penha, dentre outras.

A atividade integra o programa “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano”, solicitada pela prefeitura daquele município, e foi parte inicial de um momento formativo que culminará nos dias 14 e 15 de julho com a realização de oficina para construção do Plano Integrado de Ação da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar de Paço do Lumiar.

21/06/2022

## Divulgada lista definitiva de inscrições em concurso literário do TJMA



A Coordenaria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (Cemulher/TJMA), divulgou, na terça-feira (21/6), conforme previsão do Edital GabDes nº 12022, as listas definitivas, analisadas após a fase prevista para recursos, de deferimento e indeferimento das inscrições efetuadas por adultos(as) e adolescentes, conforme as categorias de produção literária.

Importante ressaltar que desta lista definitiva, não caberá mais recurso. Agora, as produções que atenderam definitivamente aos requisitos formais seguirão para a Comissão Julgadora para análise do mérito literário.

No dia 22 de julho de 2022, serão anunciados os 18 finalistas por categoria etária (adolescentes/adultos) e respectivas subcategorias de produção literária (contos, crônicas ou poemas), cabendo três em cada subcategoria, sem indicação da ordem dos(as) classificados(as). O resultado final, com a ordem classificatória, será anunciado em cerimônia de premiação realizada no dia 26 de agosto de 2022 em local a ser anunciado no site do TJMA.

## HOMENAGEM

O Concurso Literário “Maria Firmina dos Reis” foi denominado em homenagem à escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista negra do Brasil. Maria Firmina também foi professora, musicista e a criadora da primeira escola mista do Brasil.

Nascida em São Luís/MA em 11 de março de 1822 – data que hoje é considerada o Dia da Mulher Maranhense em sua homenagem –, a escritora é autora da obra “Úrsula” (1859), primeiro romance publicado por uma mulher negra em toda a América Latina e primeiro romance abolicionista de autoria feminina da língua portuguesa. Também é autora de “Gupeva” (1861) e “A escrava” (1887), entre outras obras.



21/06/2022

## **CEMULHER/TJMA realiza blitz educativa para prevenir a violência contra a mulher**



O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher (Cemulher/TJMA), realizou, na segunda-feira (21/6), mais uma blitz educativa do Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, o “Desperta, Maria!”. Desta vez, a mobilização aconteceu no prédio-sede do TJMA com a equipe da Cemulher dialogando com desembargadoras e desembargadores, servidoras e servidores, colaboradoras e colaboradores terceirizados.

A equipe interdisciplinar da Cemulher – órgão presidido pelo desembargador Cleones Carvalho Cunha – é composta por assistentes sociais, psicólogas, bacharel em Direito, estagiárias e estagiário, servidoras e servidores administrativos. Na ocasião, foram distribuídos marcadores de página com a imagem do “Violentômetro” (escala que aponta os graus de violências nos

relacionamentos, alertando para o risco de comportamentos abusivos que podem chegar ao feminicídio), a fim de conscientizar sobre a gravidade do fenômeno da violência doméstica no Brasil e no Maranhão.

Organizada pela Cemulher, a atividade integra a “VII Semana Estadual de Valorização da Mulher”, realizada anualmente pelo TJMA, com o objetivo de fortalecer a articulação das políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Em sua programação, a Semana incluirá a realização do seminário “Conexão e Pluralidade no Enfrentamento às Violências contra as Mulheres”, nos dias 23 e 24 de junho de 2022, no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, voltado para magistradas e magistrados, servidoras e servidores do Poder Judiciário. Também participam do evento, representantes de instituições parceiras e profissionais da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Além disso, serão realizadas atividades educativas e de mobilização da sociedade, em São Luís e em comarcas do Estado do Maranhão.



## SOBRE O PROGRAMA

Instituído pelo Ato da Presidência-GP – N° 72019, o Programa “Desperta, Maria!” tem por objetivo incentivar servidoras, colaboradoras das empresas terceirizadas e magistradas a

denunciarem situações de violência doméstica e familiar que estejam vivenciando ou que tenham conhecimento, para que essas mulheres sejam acolhidas pela equipe técnica multidisciplinar da Cemulher/TJMA e recebam orientações, encaminhamento aos demais órgãos e serviços que compõem a Rede de Proteção à Mulher.

O Programa “Desperta, Maria!” prevê ainda a divulgação permanente de conteúdos sobre o enfrentamento à violência doméstica e familiar através dos canais internos de comunicação do Poder Judiciário do estado do Maranhão e da realização de palestras e ações informativas sobre os direitos das mulheres. Mais informações pelo e-mail [despertamaria@tjma.jus.br](mailto:despertamaria@tjma.jus.br).

23 e 24/06/2022

## **Especialistas apresentam ações de enfrentamento à violência contra mulheres | Abordagem destaca a perspectiva de gênero no tratamento das ações judiciais**



O presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER-TJMA), desembargador Cleones Cunha, abriu, na quinta-feira (23), o Seminário Conexão e Pluralidade no Enfrentamento às Violências contra as Mulheres. No evento, palestrantes abordam, de forma prática e com base em dados oficiais, especificidades da intervenção junto às mulheres em situação de violência doméstica, danos nos âmbitos físico, psicológico e social, e consequências para a família e sociedade. O evento, realizado em parceria com a Escola Superior da Magistratura (ESMAM), integra a programação da VII Semana Estadual de Valorização da Mulher e prossegue até sexta-feira (24), no Auditório Madalena Serejo, no Fórum de São Luís (Calhau).

Na abertura, Cleones Cunha ressaltou a importância da implementação de políticas públicas, engajamento social e mudança cultural para redução das desigualdades de gênero que afetam principalmente as mulheres. “As violências contra as mulheres são uma grande mancha na nossa sociedade e devemos usar todos os meios possíveis para apagá-la. Será uma realidade se sonharmos juntos, disse, citando Dom Helder Câmara - bispo católico, arcebispo emérito de Olinda e Recife, que pregava sobre a não-violência.

O presidente em exercício do TJMA, desembargador Marcelino Chaves Everton, destacou a relevância do evento para disseminar condutas de enfrentamento ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher, de forma integrada, em todos os âmbitos institucionais, e disse que respeito às diversidades, solidariedade, justiça e união são as principais vias que levam à paz e harmonia social.

Os inscritos foram recebidos com apresentações do Cacuriá de Dona Teté – dança típica do folclore maranhense.



## CONHEÇA OS PALESTRANTES

**Thiago Pierobom de Ávila** - Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Violência Doméstica contra a Mulher de Brasília, doutor em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Lisboa, mestre pela Universidade de Brasília, Especialista em Investigação Criminal pela École Nationale de la Magistrature da França, professor associado do Programa de Pós Graduação em Direito do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, investigador integrado do Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade

**Júlia Carvalho Zamora** - Doutoranda e mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), membro do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Estado do Rio Grande do Sul, especialista em Terapias Comportamentais Contextuais no Centro de Estudos da Família e do Indivíduo (CEFI).

**Imaíra Pinheiro de Almeida da Silva** – Advogada, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (PGCULT-UFMA); graduada em Direito, membro do Grupo de Pesquisa, Memória e Identida-

de GENI - UFMA.

**Francilene do Carmo Cardoso** - Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ), mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense(UFF), professora de Biblioteconomia, autora do livro O negro na Biblioteca: mediação da Informação para construção da identidade negra. Coordenadora da Memória e Documentação da Fundação Municipal do Patrimônio Histórico de São Luís. Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Feminismos Negros-Marielle Franco. Idealizadora da Livraria e sebo Lekti, voltado para as Relações Étnico-Raciais e aplicação da Lei 10.639/2003 de ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

**Daniel Fauth Washington Martins** – Psicólogo, mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, pós-graduado em Criminologia e Prática clínica psicanalítica, membro do Núcleo de Criminologia e Política Criminal do Programa de Pós Graduação em Direito da UFPR, pesquisador nas áreas de violência, subjetividade, poder, feminismos, gênero, masculinidades, psicanálise, instituições, criminologia e política criminal.

**Isabelle Passinho da Silva** – Advogada, especialista em Acessibilidade e no Direito das Pessoas com Deficiência, coordenadora estadual do Serviço Travessia, da Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos do Maranhão – MOB, ativista social pelos direitos das pessoas com deficiência e das mulheres. Representa a OAB/MA no Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência, integra o Comitê Gestor Estadual de Políticas Públicas de Inclusão do Maranhão.

**Lili de Grammont** - Ativista, psicóloga, psicanalista, com especialização em Terapia Corporal Neo Reichiana, produtora cultural, coreógrafa, intérprete. Autora do livro, “Uma Escada Para a Lua” (autobiografia), que conta a história de superação do

assassinato de sua mãe pelo próprio pai. Voluntária no Grupo Mulheres do Brasil, atua no Comitê de Combate a Violência contra Mulheres e Meninas e é líder do Grupo de Trabalho “Comunicação”, no núcleo São Paulo.

**Thiago Allisson Cardoso de Jesus** – Advogado, mestre em Políticas Públicas pela UFMA, pós-doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Escola de Direito (UFRS), e em Desigualdades Globais e Justiça Social: diálogos Sul e Norte pela Faculdade de Direito da UnB, doutor em Políticas Públicas pela UFMA, professor do Programa de Pós-Graduação em Direito e Afirmação de Vulneráveis (Mestrado Profissional em Direito) da Universidade Ceuma.

## ONDE BUSCAR AJUDA EM CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER?

**Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência**

### **Casa da Mulher Brasileira**

Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 572 - Bairro Jaracaty.

CEP: 65076-820, São Luís-MA

Telefone: (98) 3198-0100 / 3198-0101/ 98425-8469/ 98409-8557  
(Recepção)

**DELEGACIA ESPECIAL DA MULHER (DEM) – SÃO LUÍS – 24 h**  
(Atendimento na Casa da Mulher Brasileira)

Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 572, Bairro Jaracaty.

CEP: 65076-820, São Luís-MA.

Telefone: (98) 3214-8649 / 3214-8651 / 3214-8647 / 99187-6622

### **DELEGACIA ONLINE do Estado do Maranhão**

Atendimento pelo site: <https://delegaciaonline.ssp.ma.gov.br>

### **PATRULHA MARIA DA PENHA – PMMA**

Comando de Segurança Comunitária – CSC

Av. Cons. Hilton Rodrigues, s/n, Olho d'Água, São Luís-MA

Fones: 2106-8480/ 99219-3671

**1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Luís (Ações Penais)**

Fórum Desembargador Sarney Costa, Avenida Prof. Carlos Cunha, 5º andar, Ala 04, Calhau. CEP: 65076-820, São Luís-MA.

Telefone: (98) 3194-5400 (Fórum) / 3194-5695



## ONDE BUSCAR AJUDA EM CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER?

2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Luís (Medidas Protetivas de Urgência)

(Atendimento na Casa da Mulher Brasileira)

Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 572 - Bairro Jaracaty

CEP: 65076-820, São Luís-MA.

Telefone: (98) 3231-0420 / 3198-0165 / 0164/ 99112-3366

Telefone: (98) 98873-6506 (Mulheres com medidas protetivas de urgência).

Defensoria Pública – Núcleo de Defesa da Mulher

(Atendimento na Casa da Mulher Brasileira)

Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 572 - Bairro Jaracaty

CEP: 65076-820, São Luís-MA. Telefone: (98) 99242-0137

21ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Mulher de São Luís (Ações Penais)

Prédio sede das Promotorias (ao lado do Fórum)

Avenida Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau

CEP: 65076-906, São Luís-MA

Telefone: (98) 3219-1849

22ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Mulher de São Luís (Medidas Protetivas de Urgência)

(Atendimento na Casa da Mulher Brasileira)

Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 572 - Bairro Jaracaty

CEP: 65076-820, São Luís-MA

Telefone: (98) 3232-4604 / 99100-7491



4 DE NOVEMBRO DE 1813

**TJMA**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

**CEMULHER**  
COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM  
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR